

# Diário do Legislativo de 04/08/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Comissão

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das comissões do trabalho, da previdência e da ação social, de administração pública e de fiscalização financeira e orçamentária

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de maio de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Olinto Godinho, Carlos Pimenta e Wilson Trópia, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; Leonídio Bouças, Ajalmar Silva, Arnaldo Penna e Marcos Helênio, membros da Comissão de Administração Pública; Kemil Kumaira, Mauri Torres, Sebastião Navarro Vieira, José Braga e Marcos Helênio (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Kemil Kumaira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.698/98; que, na reunião anterior, foi aprovado o parecer do Deputado Benê Guedes, relator no âmbito da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e que o Deputado Ajalmar Silva, relator no âmbito da Comissão de Administração Pública, determinou a distribuição de avulsos de seu parecer. Colocado em discussão e votação, é o parecer do Deputado Ajalmar Silva aprovado, com voto contrário do Deputado Marcos Helênio. Logo após, o Deputado Mauri Torres, relator no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, determina a distribuição de avulsos de seu parecer, e seu pedido é deferido pelo Presidente. Em seguida, o Deputado Marcos Helênio apresenta requerimento em que solicita seja anexada ao Projeto de Lei nº 1.698/98 a nota técnica elaborada pela Sra. Maria do Carmo Menicucci, Secretária Adjunta da Assistência Social, da Criança e do Adolescente. Posto em votação, é o requerimento rejeitado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a reunião a ser realizada hoje, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1998.

Kemil Kumaira, Presidente - Álvaro Antônio - Gilmar Machado - Olinto Godinho - Ajalmar Silva - Mauri Torres - Wilson Pires - Aílton Vilela - Antônio Júlio.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia Da 391ª reunião ordinária, EM 4/8/98

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.210/97, do Deputado Gil Pereira, que institui o Programa de Promoção do Desenvolvimento de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.325/97, do Deputado Marcelo Gonçalves, que dispõe sobre a fiscalização e o controle do tráfego de veículos e combinações de veículos transportadores de cargas acima de 20 toneladas nas rodovias estaduais. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 2.496/98, do Deputado Marcos Helênio, solicitando informações aos Secretários de Administração e da Educação acerca da data prevista para a realização de concursos públicos visando ao preenchimento de cargos vagos nesta última Secretaria, notadamente nas superintendências regionais de ensino e nas escolas estaduais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.518/98, do Deputado José Henrique, pedindo informações ao Secretário da Educação sobre a aplicação da Lei nº 12.763, de 14/1/98, que dispõe sobre a continuidade da percepção de remuneração dos que ocupam cargo de Diretor de escola nos casos de interrupção do período em decorrência da municipalização do ensino. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, da CPI do sistema penitenciário do Estado, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime da Carta Estadual o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.757/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.322/97, do Deputado Gilmar Machado, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, que institui meia entrada para estudantes em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95, que dispõe sobre a cobrança da taxa de segurança pública no âmbito do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/98, da CPI do sistema penitenciário do Estado, que altera a Lei nº 5.406, de 16/12/65, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 924/96, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que dispõe sobre normas de acesso às atividades realizadas nos estádios e nas praças de esportes de propriedade do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 4/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 627/95 e 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.384/97, do Deputado Baldonado Napoleão; 1.665/98, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.631/98, do Deputado Miguel Barbosa; 2.638/98, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 5/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.654/98, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.641, 2.642, 2.643, 2.644, 2.645, 2.646, 2.647, 2.648, 2.649, 2.650, 2.651, 2.652 e 2.653/98, da Comissão; 2.639/98, do Deputado Geraldo Rezende; 2.640/98, do Deputado Romeu Queiroz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 5/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Mensagem nº 273/98, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.657 e 2.658/98, do Deputado Geraldo Rezende; 2.656/98, do Deputado Olinto Godinho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 106ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 5/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.804/98, do Deputado Anderson Aduino; Projeto de Resolução nº 1.856/98, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 1.799, 1.800 e 1.810/98, do Governador do Estado; 1.766/98, do Deputado José Militão; 1.753/98, do Deputado Leonídio Bouças; 1.467/97, da Deputada Maria Olívia; 1.808/98, do Deputado Péricles Ferreira; 1.460/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.802/98, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.805/98, do Deputado Agostinho Patrús; 1.822/98, do Deputado Ajalmar Silva; 1.821/98, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.528/97, do Deputado Anderson Aduino; 1.803/98, do Deputado Antônio Genaro; 1.638/98, do Deputado Bené Guedes; 1.826/98, do Deputado Bilac Pinto; 1.812/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.806/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.815/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.817, 1.818, 1.819, 1.823 e 1.824/98, do Deputado João Leite; 1.816/98, do Deputado José Henrique; 1.827/98, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 5/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.517/97 e 1.669/98, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.634/98, do Deputado Bené Guedes; 2.628/98, do Deputado Kemil Kumaira; 2.633/98, do Deputado Wanderley Ávila; 2.637/98, do Deputado Wilson Pires.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.759/98

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De autoria do Deputado João Batista de Oliveira, o Projeto de Lei nº 1.759/98 visa a declarar de utilidade pública a Lira Musical Centenário, com sede no Município de Curvelo.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. Vem agora o projeto a esta Comissão para turno único de deliberação conclusiva, conforme preceituam as disposições regimentais.

#### Fundamentação

A entidade em questão vem prestando importante contribuição à cultura, uma vez que busca difundir a música brasileira em Curvelo e em toda região circunvizinha. Para isso, mantém uma banda de música, que realiza freqüentes concertos, além de promover eventos beneficentes.

Fica demonstrado, pois, que as iniciativas empreendidas pela instituição a tornam merecedora do título declaratório de utilidade pública proposto.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.759/98 em turno único, nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 31 de julho de 1998.

Marco Régis, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.770/98

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Ronaldo Vasconcellos, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Atalaia Futebol Clube, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Atalaia Futebol Clube, com sede no Município de Ribeirão das Neves, é sociedade civil com personalidade jurídica e tem por princípios básicos proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente do futebol, podendo praticar ou competir em todas as modalidades amadorísticas especializadas, inclusive o futebol feminino. Realiza, também, reuniões de caráter social e cultural.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.770/98 na forma proposta.

Sala das Comissões, 31 de julho de 1998.

**Gilmar Machado, relator.**

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: PROI - Programa de Odontologia Integrado. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste termo aditivo: 1ª prorrogação, alteração de cláusula e manutenção do preço. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.